DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Protagonismo feminino e organização sociopolítica em quilombos rurais da Bahia

Women's leadership and sociopolitical organization in rural quilombola communi-ties in Bahia

Vanessa Ionara dos Santos Rodrigues

Mestra em Educação e Diversidade (Universidade do Estado da Bahia). Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido (Instituto Federal Baiano), vanessaionara@hotmail.com

Resumo

Com foco em vivências de mulheres quilombolas da Bahia que desempenham papéis de liderança em suas associações comunitárias, reconhecendo o processo histórico de invisibilização de suas lutas e resistências, objetiva-se compreender e publicizar o movimento de ampliação da presença de mulheres na presidência de entidades rurais do terceiro setor, interseccionando aspectos como gênero, raça e territorialidade. A abordagem é qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e na Entrevista Compreensiva, enquanto instrumento de construção e análise de dados, identificando três unidades de sentido principais: protagonismo feminino, bem-estar social e luta(s). As associações se mostraram uma eficiente ferramenta de integração e mudança social, promovendo processos de empoderamentos individuais e coletivos que atingem os níveis psicológico, organizacional e estrutural. Este protagonismo e autonomia sociopolíticos não isentam as mulheres de opressões veladas e explícitas, como violências domésticas e sobrecarga de tarefas cotidianas. Em suma, trata-se de muito suor derramado em trabalhos braçais, intelectuais, emocionais e políticos, marcados por redes de apoio e teias de solidariedade. Assim, incorporar cosmovisões de mulheres de comunidades tradicionais em produções científicas e agenda governamental é imprescindível.

Palavras-Chave: Interseccionalidades; Agricultura Familiar; Processos de Empoderamento.

Abstract

Focusing on the experiences of quilombola women from Bahia who play leadership roles in their community associations, recognizing the historical process of invisibilization of their struggles and resistances, the aim is to understand and publicize the movement to increase the presence of women in the leadership of rural third-sector entities, intersecting aspects such as gender, race, and territoriality. The approach is qualitative, based on bibliographic review and Comprehensive Interviews as a tool for data construction and analysis, identifying three main units of meaning: female protagonism, social well-being, and struggle(s). The associations proved to be an efficient tool for integration and social change, promoting individual and collective empowerment processes that reach psychological, organizational, and structural levels. This sociopolitical protagonism and autonomy do not exempt women from hidden and explicit oppressions, such as domestic violence and the overload of everyday tasks. In short, it involves a lot of sweat poured into manual, intellectual, emotional, and political work, marked by support networks and webs of solidarity. Thus, incorporating worldviews of women from traditional communities into scientific productions and government agendas is essential.

Keywords: Intersectionalities; Family Farming; Empowerment Processes.

Introdução

Entrecruzando gênero, raça e territorialidade, o presente artigo objetiva compreender e fazer conhecer o movimento de ampliação da presença de mulheres na presidência/diretoria de entidades rurais do terceiro setor, especificamente as associações comunitárias, a partir da observação de que a sua atuação como mobilizadoras das comunidades tem ultrapassado a frequência, outrora majoritária, de figuras masculinas.

Tal observação foi notada e constatada ao longo de uma trajetória de trabalho em diversos projetos e políticas públicas estatais direcionadas aos povos campesinos da Bahia, que teve início em 2016 e segue

em curso em 2024, posicionada em três dos vinte e sete Territórios de Identidade do estado: Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina e Chapada Diamantina. Das 22 Associações Comunitárias Rurais (ACR) situadas em comunidades quilombolas – devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares[1] – atendidas no período de 2019 a 2024, 14 contaram com lideranças/presidências femininas[2], o que representa um percentual de 63%.

A temática de interesse invoca o conceito de interseccionalidade, tomado a partir de Crenshaw (2002), enquanto a premissa de que o entendimento de um fenômeno não poderia se dar sem considerar questões como gênero, raça/etnia, geração, classe social, territorialidade, sexualidade, PCD[3], entre outras, que funcionam se influenciando, mutuamente, integrados. Intersecções que nada mais são do que interações entre eixos de poder ou subordinação que geram desigualdades, evidenciando aspectos dinâmicos ou ativos de empoderamento e desempoderamento.

Os sistemas presentes nas relações sociais contemporaneamente tendem a se cruzar e se sobrepor, criando intersecções complexas. O que pretende-se dizer é que, reconhecendo os privilégios sociais que determinados grupos têm no Brasil em relação a outros, os indivíduos vivenciam em seu cotidiano o cruzamento ou sobreposição de variados aspectos dinâmicos de desempoderamento, realidade da qual os povos e comunidades tradicionais, tal como as comunidades rurais e quilombolas em questão, não estão isentas (Crenshaw, 2002).

Enquanto a história dos povos do campo no Brasil é marcada por baixos índices de escolaridade, pela centralidade do trabalho e por aspectos como o êxodo rural e a decorrente masculinização e envelhecimento das populações campesinas, a história das populações escravizadas no país sofreu a invisibilização de suas estratégias de sobrevivência e resistência, através de copiosos processos de inferiorização e, por vezes, criminalização da cultura afro-brasileira (Camarano e Abramovay, 1999; Franco, 2017).

Essa inferiorização perpassa aspectos como a constante atribuição de características negativas às feições e à estética negras em contraponto ao padrão de beleza pautado pela branquitude eurocêntrica, oriundos do projeto de branqueamento encabeçado pelas elites políticas brasileiras no século XIX como forma de "melhorar" a nação; o processo de hierarquização cultural iniciado pela Igreja Católica, com a supressão das epistemologias, cosmovisões e elementos da cultura negra e indígena que resultou na diminuição dos adeptos das religiões de matriz africana e aumento gradativo dos católicos, evangélicos e espíritas no Brasil; e, por fim, um "esquecimento voluntário" do negro na literatura e no espaço escolar, criando estereótipos e preconceitos explícitos e simbólicos que vitimam milhões de brasileiros embrincados no mito da democracia racial (Lima, 2017; Oliveira, 2017; Franco, 2021).

Sobre como se apresenta e o que representa ser mulher hoje[4], neste contexto, a ótica adotada é a perspectiva das próprias mulheres que, ampliando a sua performance, se perceberam lideranças comunitárias de seus quilombos. Assim, entrelaçando números, leituras e potentes depoimentos, pretende-se refletir, relacionar, contemplar e evidenciar as nuances que este sutil movimento das mulheres abraça.

Metodologia

Pautada em uma abordagem qualitativa baseada, primeiramente, na revisão bibliográfica, adotou-se como segundo instrumento de construção de dados e perspectiva de análise a Entrevista Compreensiva[5], fruto do trabalho do sociólogo francês Jean Claude Kaufmann (2013), que reconhece o pesquisador como aquele que desempenha, simultaneamente, os papéis de homem de "campo", metodólogo e teórico. Seu trabalho foi tomado por Rosália de Fátima Silva (2006), que a aponta como baseada em uma "escuta sensível" direcionada ao reconhecimento de unidades de sentido (US). Das quatorze mulheres presidentas e ex-presidentas das associações, cinco foram entrevistadas, sendo dois os critérios de inclusão: aceitar participar da construção do presente texto e ter disponibilidade para conceder a entrevista nas datas dispostas[6].

Resistências e invisibilização históricas: movimentações sociais e políticas das mulheres negras ao longo dos séculos

É preciso começar do começo. Na cultura Iorubá, a mulher é mediadora de trocas econômicas e simbólicas, o que lhe possibilita o exercício de um poder fundamental para a vida africana, pautado em valores culturais e religiosos. Dentre as muitas maneiras como as mulheres são vistas, o papel mais valorizado é o da mãe, onde as mulheres são carinhosamente chamadas de *Iyaami* ou "Nossas mães". O *Gèlèdé* ou *Efe*, espetáculo tradicional – como um festival – visa propagar o respeito às mulheres, conscientizando a sociedade sobre o poder feminino, expressando através de homenagens o poder especial que as mulheres detém sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade, enquanto figuras administradoras, criativas e autônomas. As mulheres são indispensáveis como a água, fluídas e poderosas, tanto para o bem quanto para o mal (Akínrúlí, 2011).

A perspectiva colonial europeia, infelizmente, destoa substancialmente da cultura Iorubá. Ao tomar as condições de vida e as estratégias de resistências das mulheres negras africanas escravizadas no contexto

da colonização e período pós-colonização da América Latina e do Brasil, que permeiam habilidades de organização social e política dessas mulheres, desvela-se o seu ativismo em prol da sobrevivência e manutenção de seus grupos, marcado pela luta pela sobrevivência dos seus e por território (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

O que se percebe é que as mulheres escravizadas nunca foram pacíficas. Sua trajetória é adjetivada como criativa, determinada e organizada. As denominadas crioulas e forras, nos séculos XVIII e XIX, resistiam às opressões e defendiam a vida em histórias por vezes apagadas das narrativas oficiais, protagonizando enfrentamentos geralmente não vistos como ativismos e ações políticas contra o Estado, embora o fossem. As violentas condições a que eram submetidas estas mulheres, então consideradas "primitivas", perpassaram jornadas excessivas de trabalho, objetificação e recorrentes violações dos seus corpos, além de impedimentos diversos: dos afetos, dos casamentos, da maternidade e do exercício de sua religiosidade e fé. Optar por não gestar filhos era uma estratégia neste contexto de crueldade, utilizando-se de ervas medicinais para infertilidade, e, assim, evitar que crianças – a serem também escravizadas – viessem ao mundo. Assim como trabalhar o dobro para comprar a própria alforria e, posteriormente, de seus filhos e/ou companheiros, em negociações marcadas por complexas articulações e movimentos políticos em prol de suas emancipações e da liberdade (Ribeiro, 2008; Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Práticas ancestrais e experiências econômicas trazidas dos países do continente africano eram acessadas, remodeladas e orientavam atividades laborais e comerciais diversas – tornavam-se quitandeiras, pescadoras, extrativistas. As "mulheres forras" ou "escravas de ganho", como eram denominadas, possuíam maior autonomia, já que circulavam pelas vias públicas e retornavam ao cativeiro apenas para a prestação de contas das atividades executadas ao longo da semana, o que, ressalta-se, não as isentava de múltiplas violências e extensas cargas de trabalho (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Para além, ligadas por laços de coletividade e solidariedade, as mulheres recém-libertas eram bem articuladas e perspicazes para penetrar nas tramas das relações micro e macroestruturais do sistema escravista, mesmo quando excluídas de todas as formas de atividade laboral oficializada. Em seu processo político, compreenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da "mãe preta" e fizeram desaforos, dando origem a uma produção feminista e anti-racista que vai de encontro a hierarquias que somam combinações de discriminações e consequentes exclusões (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

As regiões Norte e Nordeste concentraram o maior índice de mulheres negras africanas escravizadas, o que justifica a concentração do número de comunidades quilombolas e famílias chefiadas por mulheres negras em condições de vulnerabilidade socioeconômica nos marcadores atuais. O Brasil foi um dos últimos países a aderir à abolição da escravatura (1888), e, ainda assim, a estrutura racista do projeto escravocrata não findou-se no pós-abolição, com a contínua reprodução de estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões que garantiram a manutenção da marginalização dessa população, haja vista que, historicamente, os espaços destinados à população negra são os de servidão e subcidadania: registros sobre a participação das afro-descendentes na formação e no desenvolvimento do Brasil são absurdamente escassos. Nega-se o reconhecimento das mãos que literalmente construíram este país (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

Clara demonstração disso é a morosidade na garantia de direitos da população negra brasileira, tendo como grandes e tardios marcos a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), visando conferir maior visibilidade político-social e melhores condições de vida tão veementemente negadas ao longo dos séculos. Assim, a luta do Movimento Negro no Brasil se pauta no reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo, objetivando garantir a dignidade e a continuidade de resistência contra a exclusão social para alcançar a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros (Amoras, Costa e Araújo, 2021; Ribeiro, 2008).

Tomando a produção social, política e acadêmica de mulheres negras do Brasil contemporâneo, no âmbito da participação social, constata-se críticas sistemáticas aos movimentos negro e feminista, relacionados, pincipalmente, à invisibilidade e à secundarização de questões específicas deste grupo social, enquanto dificuldades e percalços que inviabilizam a participação destas mulheres na vida política. Como exemplo, aponta-se a incompatibilidade de agenda para se fazer presentes em reuniões marcadas em horários dedicados a tarefas domésticas e ao trabalho. Através do ativismo, atualmente, as organizações de mulheres negras vêm fazendo valer seu propósito de adquirir "maioridade política" diante dos movimentos feminista e negro, de instituições públicas e privadas e da sociedade em geral, evidenciando sua prestatividade na construção de caminhos próprios, pautados efetivamente em suas demandas, especificidades e desejos (Ribeiro, 2008).

Mulheres: brasileiras, negras, quilombolas, rurais, do terceiro setor, o que sabemos sobre elas?

No que diz respeito à participação feminina na política partidária brasileira, os dados mais recentes demonstram que embora as mulheres representem a maioria da população nacional (51,5%) e do eleitorado

apto a votar (53%)[7], sua representação em espaços públicos de poder é consideravelmente pequena, tanto em cargos eletivos como nas composições internas das instituições, partidos políticos e tribunais, cenário justificado pelas desigualdades políticas, econômicas e sociais que historicamente limitaram às mulheres direitos formais e protagonismo na vida pública em relação aos homens, para além das discriminações e violências de gênero. Entre as eleições de 2018 e 2022, comparativamente, houve um aumento no número total de candidatas (12,4%) e um aumento no percentual de mulheres eleitas (15,4%). Não obstante, a taxa de sucesso feminino nas eleições de 2022 deixou a desejar, com apenas 3,3% das 8.852 candidatas eleitas (Araújo, 2023; Brasil, 2024).

Assim, a paridade de gênero em espaços decisórios – governamentais ou não – é uma pauta indispensável de um país que se pretende plenamente democrático. Principalmente ao considerar o critério do nível de instrução: entre os brasileiros com idade a partir de 25 anos há maior proporção de mulheres com níveis de escolaridade mais elevados, o que se aplica ao ensino médio, à educação profissional e, principalmente, ao ensino superior, com prevalência feminina em cursos das áreas de educação e saúde. Ou seja, mesmo ocupando-se mais em tarefas domésticas e cuidados com pessoas da família[8], as mulheres seguem priorizando a sua formação, terceirizando esses serviços e cuidados domiciliares/familiares conforme a sua renda aumenta, através da contratação de creches, por exemplo (Brasil, 2024).

Mesmo mais escolarizadas e capacitadas, as (muitas e diversas) mulheres brasileiras não estão isentas de violências, principalmente dentro das suas próprias casas: é do âmbito doméstico e dos homens que advém os maiores percentuais de casos de violência contra mulheres adultas (20 a 59 anos), com 73% (onde) e 77,2% (quem) dos casos registrados. Em 2022 o pódio foi da violência física (45% dos casos), seguida pela psicológica/moral (24,2%) e pela violência sexual (17,4%). Nestes números, há cores. As mulheres pretas e pardas representaram 59,8% dos registros de violências contra mulheres adultas, seguidas das mulheres autodeclaradas brancas, com 38,3%. (Brasil, 2024).

Abordando mais especificamente o aspecto da chefia dos lares brasileiros, os últimos dados da PNAD Contínua apontam que 2024 se encerra tendo mais da metade dos lares brasileiros chefiados por mulheres, atingindo um percentual de 51,7% de mulheres chefiando famílias, o equivalente a 41,3 milhões de lares do país. Tomando o recorte racial, aponta-se que, em 2024, milhões de mulheres chefiaram seus domicílios sem cônjuges e com filhos, cuja renda mensal média da maioria é de até ½ salário mínimo per capita. Destas 4,3 milhões, 65,8% eram mulheres pretas ou pardas. Este é o perfil das nossas “chefas de família”, enquanto referências financeiras/provedoras das casas, cuja rotina, marcada pela sobrecarga advinda do trabalho reprodutivo, obstaculiza a sua inserção no mercado de trabalho e até mesmo a prática de exercícios físicos, ou seja, a manutenção da sua saúde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025; Monteiro e Feijó, 2025; Brasil, 2024).

Os próximos dados são ainda mais angustiantes. A mortalidade materna atinge muito mais as mulheres pretas ou pardas, haja vista que, das mulheres que morreram em decorrência de complicações na gestação ou parto em 2022, 68% eram pretas ou pardas, enquanto 29,7% eram brancas. Por fim, tomando os números da população carcerária do Brasil (a terceira maior população carcerária feminina do mundo, com 45.259 mulheres aprisionadas), sua maioria é constituída de pretas ou pardas, que somavam 66,9% do seu percentual em 2022 (Brasil, 2024).

Aprofundando o recorte para o debate sobre comunidades tradicionais, o Censo 2022 trouxe, pela primeira vez, um recorte sobre a população quilombola brasileira. O país possui 1.327.802 quilombolas, representando um percentual de 0,65% da sua população total, da qual apenas 4,3% residem em territórios titulados. No âmbito regional, o Nordeste é a região com maior número de quilombolas, com 68,19% de sua população, enquanto a nível estadual a Bahia se destaca, tendo a maior população quilombola do país, com 29,9% do total de seus habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Sobre o perfil da população quilombola, sua maior parte é jovem – cerca de 48% têm até 29 anos de idade – e há uma paridade entre o número de homens e mulheres, sendo 100 homens para cada 100 mulheres. Traçando um comparativo entre dados de 2010 e 2022, houve um aumento na autodeclaração das mulheres pretas (de 7,2% para 9,7%) e pardas (de 42,5% para 44,8%), com redução na autodeclaração (de 48,7% para 44,4%) das brancas, aspecto positivamente avaliado, demonstrando um aumento do alcance dos debates sobre questões identitárias e diversidades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023; Brasil, 2024).

No tocante à territorialidade ou ruralidade, mapeou-se que o Nordeste brasileiro é constituído majoritariamente por mulheres urbanas (77,8%), enquanto 22,2% são rurais. Ainda sobre o Nordeste, o Censo Agropecuário de 2017 identificou 947 mil mulheres (19%) responsáveis pela gestão de propriedades rurais no Brasil, das quais a maioria (57%) habitam a região. Apesar disso, os dados a nível nacional apontam que as mulheres são minoria na propriedade de estabelecimentos rurais do Brasil, assim como na participação em reuniões e seminários de caráter técnico e nos índices de filiação em associações e cooperativas, somando apenas 8,6% de

percentual feminino entre produtores rurais associados/cooperados. Em suma, a vida das mulheres da agricultura familiar do nordeste rural brasileiro é permeado por vulnerabilidades (econômica, material e simbólica), ao passo que vivenciam desigualdades que vão da distribuição da posse de terras entre homens e mulheres, adultos e jovens[9] ao acesso a políticas públicas (Brasil, 2024; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

Já na Bahia, é de 194.533 mil o número de mulheres liderando atividades no campo, ocupando o segundo lugar no *ranking* dos estados, com um percentual de 25,6%. Segundo dados da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), integrante da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em 2018 aproximadamente 45% das Declarações de Aptidão ao PRONAF[10] (DAPs) – documento essencial para a população campesina – válidas no estado foram emitidas em nome de mulheres, ao passo que cerca de 50% do público de assistido com projetos estatais de ATER[11] eram do sexo feminino, estabelecendo um contraponto aos dados nacionais, em cenário um pouco menos díspar no estado. Em termos gerais, é notável a escassez de dados mais diversificados, aprofundados e qualificados sobre as mulheres rurais no âmbito nacional, regional e estadual (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2018).

Fechando este segmento do texto, mais centrado em dados quantitativos, atenta-se para a questão da diversidade de raça e gênero[12] no terceiro setor (TS)[13], ressaltando a atuação de movimentos sociais, grupos e coletivos em prol da defesa de direitos e da mitigação de desigualdades ao longo da formação do Brasil, que resultou na expansão deste segmento, especialmente na década de 1990. Nas OSCs brasileiras destaca-se a presença majoritária de colaboradoras mulheres (65% das pessoas empregadas), com predominância feminina nas regiões Sudeste e Nordeste e com crescimento deste índice em ocupações relacionadas ao cuidado (assistência social, educação infantil, enfermagem, etc.). As mulheres também são mais propensas a fazer doações e realizar atividades voluntárias. Apesar disso, essas mulheres não são maioria nas posições de liderança: 46% das organizações analisadas apresentam percentual de mulheres na liderança abaixo da média (Saldanha, 2023; Gema, 2021).

Demonstra-se que no terceiro setor há mais profissionais brancos que negros. As pessoas negras atuantes (ocupadas e voluntárias) nos quadros de funcionários são minoria, sendo que 58% das organizações possuem um percentual de pessoas negras abaixo da média, das quais 36% apresentam um percentual "muito baixo" de profissionais negros (de 0 e 20% da equipe). Em outros termos, se há predominância feminina no setor, tratam-se de mulheres brancas, com expressiva desvantagem para mulheres e homens negros. Relacionando raça e cargos de liderança, 62% das organizações ouvidas apresentam percentual de pessoas negras líderes abaixo da média. Não obstante, 72% das organizações afirmam promover ações preventivas internas contra episódios de violência no ambiente profissional, como o combate ao assédio e à discriminação (Gema, 2021).

O que se pode constatar é que desigualdades raciais e de gênero existentes na estrutura social do Brasil são reproduzidas no interior das organizações – o terceiro setor como um microscópio da nossa sociedade, o que é evidenciado por aspectos como a falta de espaço e voz, denunciada pelo baixo índice de lideranças femininas e negras, pelas assimetrias na equiparação salarial entre homens e mulheres, pela divisão sexual do trabalho e pela ausência de dados sobre mulheres lésbicas, bi, trans e travestis (LBTT), mulheres com deficiência, indígenas e quilombolas, o que estaria associado à ausência ou fragilidade de ações e medidas específicas de contratação, retenção e progressão de carreira centrados na diversidade. Em suma, o TS reproduz barreiras, escancarando, mais uma vez, que para as mulheres brasileiras – embora sejam maioria, falta representatividade (Gema, 2021; Saldanha, 2023).

O objetivo do presente tópico não foi o de esgotar o debate sobre as complexidades e vulnerabilidades que gênero, raça e territorialidade compreendem hoje, separados ou interseccionados – potencializando sujeições e discriminações, mas sim o de traçar uma incipiente noção acerca de alguns dos eixos de subordinação que atravessam a sociedade brasileira.

Protagonismo feminino e organização sociopolítica em quilombos rurais da bahia: empoderamentos e desafios

O crescimento da participação sociopolítica de mulheres em associações rurais de comunidades quilombolas, no caso específico da Bahia, mostra-se florescente, se analisarmos em comparativo com os cenários estabelecidos ao redor do Brasil. Este crescimento germina da influência da atuação do Governo do Estado, no que se refere à efetivação de diversos projetos e políticas públicas direcionadas à agricultura familiar nos últimos dez anos, tal como de projetos específicos paras as mulheres e suas questões[14], em iniciativas centradas na no desenvolvimento sustentável rural e na economia solidária, muitas das vezes executadas através de parcerias com OSCs de todos os territórios de identidade do estado para beneficiar outras OSCs, como as ACR, de menor porte.

Neste contexto, o terceiro setor acaba se posicionando como um meio de suprir as lacunas ou ampliar o alcance e a capilaridade do estado (primeiro setor) e

das empresas privadas (segundo setor), que não dão conta de atuar no desenvolvimento pleno de ações voltadas ao bem-estar social de todos os cidadãos, especialmente as chamadas minoria sociais. Estas, por sua vez, organizam-se, articulam-se e se institucionalizam como pessoas jurídicas para atender ao compromisso de desenvolvimento social e econômico na vida dos grupos sociais e comunidades, adotando um caráter organizativo em prol do fortalecimento de cadeias produtivas e agregação de valor aos trabalhos desenvolvidos (Feitosa, 2023).

Pesquisas recentes no contexto de associações de agricultores familiares lideradas por mulheres reforçam o crescimento da participação das mulheres em organizações coletivas, especialmente em comunidades assentadas em princípios da agroecologia e de uma ética solidária. Estas, por sua vez, são caracterizadas por gestões democráticas, cooperação, desenvolvimento humano, economia plural, autonomia e emancipação, cenário que favorece a efetiva escuta e participação das mulheres, gerando um quadro mais equânime e empoderando-as na construção de sua própria categoria política e social. Sua inserção normalmente é facilitada por instituições de cunho social parceiras, em ações formativas que beneficiam as comunidades, além da corriqueira relação das associações com igrejas e organizações esportivas, em uma dinâmica em que as agricultoras têm contato e passam a conhecer, dominar, se apropriar e ressignificar ferramentas de controle de atividades produtivas e de gestão, contextualizando-as às particularidades, rotina e demandas da comunidade (Simon, 2019; Brandão, Barbosa e Bergamasco; 2023).

Assim, é efetivada a sua presença em espaços decisórios que permeiam os âmbitos familiar[15], produtivo, social e público, em prol da diminuição de desigualdades trabalhistas e sociais, promovendo dois crescimentos simultâneos: pessoal e em comunidade. Dito isso e sem mais delongas, vamos às perspectivas das lideranças quilombolas femininas sobre essa dinâmica:

> A gente cresce ouvindo que mulher tem que ficar submissa ao homem, que a mulher tem que estar esquentando a barriga no fogão e esfriando na pia. Não… as mulheres também podem liderar, lançar propostas, fazer projetos, correr atrás de projetos, conquistar, né? (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

Tal como a fala acima revela, o papel de liderança promove aprimoramentos contínuos, ao impactar na autoestima, aumentando os investimentos em si – no que se refere à educação formal, intervenções estéticas e outros níveis de emancipação e ao alterar a postura no âmbito dos seus relacionamentos afetivos e matrimoniais, mudando não apenas a vida destas mulheres, como de suas famílias. O processo de empoderamento feminino é individual e processual, e, ao transitar pela dimensão coletiva, rompe com tutelas e dependências, tornando-as sujeitas independentes, autônomas, agentes e não pacientes (Simon, 2019).

No quadro a seguir estão sistematizadas as unidades de sentido e categorias resultantes das entrevistas compreensivas, relacionadas à noção de processos do empoderamento, com base em Kleba (2009), a serem detalhadas, discutidas e conectadas à perspectivas teóricas diversas na sequência.

Os depoimentos demonstram que as três US sistematizadas acima se relacionam intimamente. Reiteramos que a escolha em manter trechos mais extensos das entrevistas é também política, ao passo que nenhuma análise teórica possível é mais relevante que o que

Quadro 01 - Sistematização das unidades de sentido (US) resultantes das entrevistas compreensivas.

US	Categorias	Processos de Empoderamento (Kleba, 2009)
Protagonismo Feminino	Crescimento Pessoal; Autonomia; Autoestima; Proatividade; Percepção e rompimento de ciclos de violência e dominação.	Nível pessoal ou psicológico, onde há uma mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, reverberando em um comportamento de autoconfiança, levando a uma compreensão crítica sobre o seu contexto e suas relações, estimulando a emancipação e a autonomia.
Bem-estar social	Senso de coletividade; Solidariedade; Redes de apoio; Voluntariado.	Nível grupal ou organizacional, marcado pela confiança, laços de pertencimento e identidade social, agindo para melhorar a vida comunitária, respeitando sua cultura e a diversidade.
Luta	Resistência; Direitos; Projetos e políticas públicas; Sobrecarga feminina: trabalho externo/fonte de renda, trabalho doméstico e familiar, trabalho político/institucional.	Nível estrutural ou político, permeado pela auto organização e engajamento, em processos conflituosos ou não de redistribuição de poder político, rompendo com situação de resignação e impotência e exercitando habilidades de participação democrática e de poder político de decisão.

Fonte: Construção da autora (2024).

essas mulheres têm a dizer. Tomando a US Protagonismo Feminino, diretamente relacionada ao nível pessoal/psicológico de empoderamento, constata-se que a participação nas associações promove revoluções internas e externas, inclusive no que se refere ao reconhecimento de violências e desigualdades e ao debate de gênero e raça, das diversidades.

> Conheci a associação através da convivência na comunidade, fui incentivada a aceitar o cargo de presidente para ter mulher na liderança, para ver se através disso agora algo mudasse na comunidade. A gente tem tentado trazer algo novo, alguma inovação (...) A importância de ter mulheres na diretoria é que me motiva, quero fazer o que os homens que já passaram por aqui não fizeram e mostrar a capacidade e potência da mulher quilombola na sociedade. O meu conselho para as mulheres é arregaçar as mangas, ir à luta pelos nossos direitos como mulher preta, como quilombola, e como potência, nessa geração preconceituosa e machista. (M.C.S., 49 anos, agricultora e empreendedora, Presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> A nossa associação começou para participar de um projeto. A gente não tinha uma associação quilombola e de mulheres afrodescendentes aqui, e quando o projeto chegou, nós quilombolas fomos obrigadas a fazer uma, formar uma. E longe de mim passava a ideia de ser a presidente da associação, porque eu era uma pessoa muito tímida, não abria a boca, mas em uma reunião, em discussões com outras associações, que queriam também ficar com o projeto, eu pela primeira vez na vida abri a boca e disse: não, se o projeto é quilombola, então tem que ficar com uma associação quilombola. Naquele dia eu mesma me surpreendi, porque assim, né? eu nunca questionei nada, nunca falei nada, naquele dia eu perdi o medo, tive voz e não me calei nunca mais. O que estiver errado, questiono. Hoje eu sei falar, né? que antes ficava com medo, insegura, e hoje através da associação eu passei a conhecer mais sobre os nossos direitos como mulher, como quilombola, como mulher preta, que antes eu não tinha o conhecimento. E às vezes poderia até ter, mas eu tinha medo, hoje não, eu me sinto confiante, muito confiante. Eu acho importante ter mulheres na liderança porque rompe aquele gelo né, que mulher tem que ficar submissa ao homem. A mulher se sente mais empoderada, ajuda as mulheres a sair da taxa de violência, do homem contra a mulher, vai conhecer os seus direitos como mulher, vai ter outra realidade de vida, vai se sentir mais confiante, que é a parte do empoderamento, né. Nós mulheres nascemos com aquele negócio de que: ah, a mulher só é pra cuidar de casa, e se homem falar algo temos que abaixar a cabeça... Não. (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> Pra mim, eu acho muito importante mulheres à frente, lideranças até porque, para provar que as mulheres têm capacidade, igual aos homens, ou até melhor, depende de cada mulher. Hoje, os homens estão incomodados, porque as mulheres estão à frente da maioria das coisas, de tudo, ela já fala, já está à frente de projetos, de trabalhos, enfim. Hoje as mulheres não estão mais só em pé de fogão e lavando roupa não, hoje, cada dia que passa elas estão crescendo e querendo crescer mais, através de estudo, de conhecimento, de tudo. Meu conselho é para que as mulheres assumam, porque muitas das vezes nós mulheres temos a oportunidade de crescer e assumir determinado cargo, mas, muitas das vezes, temos medo. E não podemos deixar o medo atrapalhar a vida da gente, porque temos capacidade de crescer, de governar e de ir em frente. A mulher hoje tem a oportunidade de ser mulher. Antigamente, vivia só para a cozinha, hoje não, a cada dia que passa estamos sendo vistas em todos os ambientes, então meu conselho é não depender de homem, ter a vida livre, o dinheiro delas (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

> Eu conheci a associação através de uma pessoa que tem conhecimento, com as coisas assim, do município, e ela foi na minha comunidade e procurou alguém para participar de um congresso. Então eu fui. Primeiro eu esperei que alguém manifestasse, mas ninguém manifestou, aí eu falei: eu vou, e fui, e lá eu apresentei a comunidade. Nesse tempo ainda não era registrado como quilombola. Aí eu falei sobre a comunidade, como era, aí daí em diante, quando eu retornei para a comunidade, falei sobre o que tinha acontecido lá, e daí em diante, de conversa em conversa, as pessoas foram falando que eu era uma pessoa que poderia estar assumindo, sendo essa líder da comunidade. De ser presidente as pessoas foram falando, falando e eu aceitei, ninguém se manifestou, então eu falei: vamos lá, né? Aí fui, aceitei ser a presidente da associação quilombola. Às vezes tem coisa que nem está nos planos da gente, mas, para ver a comunidade crescer, o pessoal me apontou, a gente aceita, né? Fui presidente, gostei (M.F.S., Agente Comunitária de Saúde (ACS), Ex-presidenta de ACR, 60 anos, Chapada Diamantina).

A autoconfiança conquistada reverbera em múltiplas facetas: a superação da timidez, do silêncio e do medo, o desafio de atestar a capacidade e a proatividade feminina, a corresponsabilidade na conscientização e proteção de outras mulheres das violências. Para além, claro das conquistas materiais, palpáveis, que contribuem com a vida da comunidade através dos projetos e políticas acessadas, especialmente nas esferas de geração de ocupação e renda e acesso a direitos, que tem como consequência direta a mitigação do êxodo rural.

> Do meu ponto de vista a ação mais importante aqui na nossa comunidade, na nossa associação é a Certificação Palmares, né? porque através dela a gente teve o nosso reconhecimento como quilombola. E com isso teve o CEFIR Quilombola, que temos, e que deu mais facilidade para acessar políticas públicas, tanto os benefícios previdenciários quanto na agricultura em si. E também através da associação e da Certificação os nossos jovens, hoje, estão tendo a oportunidade de concorrer às cotas quilombolas e estar cursando faculdade, aqui a gente já tem alguns jovens que já estão cursando, graças a Deus (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).
>
> (...) Estou presidente da associação a dois mandatos, então assim, surgiu a ideia de nós mulheres abrirmos uma associação em nossa comunidade por iniciativa própria, de cada uma de nós, porque assim, pelo fato de eu ter nascido e me criado aqui, dentro do quilombo, eu tinha muita dificuldade para conseguir as coisas para a comunidade, então, veio a ideia e nós conseguimos abrir uma associação aqui. Então assim, o fato é que quem procura mais ajudar a comunidade são as mulheres, a gente faz mutirão, a gente ajuda as pessoas a se aposentarem, leva no INSS, faz mutirão para pagar INSS, faz mutirão para comprar remédio, então, nós já fazemos trabalho voluntário há muitos anos, tivemos essa ideia porque através da associação tivemos mais facilidade de participar das políticas públicas, né? As principais conquistas da nossa associação são a lanchonete e o restaurante quilombola das mulheres, a gente já tinha aqui o local e conseguimos a reforma, e hoje estamos atuando, abrange doze famílias, que estão tendo geração de emprego e renda dentro do seu lugar. Os projetos que a gente tem tocado foram três através da *Yamana Gold*[16], e nós conseguimos os materiais para abrir o restaurante e a lanchonete, foi uma luta muito grande para todas nós, fomos em luta, fomos em busca, pelo local para construir o restaurante, que era um prédio abandonado, então conseguimos através da associação a reforma e hoje estamos tendo uma boa evolução. (...) E pra ser liderança temos que trabalhar também com o coração, é um trabalho voluntário, nós não ganhamos nada, mas em cada rosto de pessoas que a gente faz o bem, no sorriso de cada criança, quando acolhemos com amor, é uma alegria para todas nós. Eu, como liderança, para mim é um prazer tão grande quando eu tô servindo as pessoas, quando tô ajudando a minha comunidade, sabendo que aqui é uma comunidade carente, que precisava de ajuda, e eu não tinha como fazer, e hoje tem sido possível trazer vários benefícios para o meu próprio quilombo. (M.A.P.S., 44 anos, agricultora e empreendedora, liderança religiosa da igreja católica e esportiva – campeonatos de futebol e cavalgadas, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina)
>
> Bom, a associação dos pequenos produtores daqui foi formada por uma família, no ano de 2011, com a ajuda de lideranças do município, de lá para cá, as coisas foram avançando aos poucos, passando de um para o outro, nas eleições, chegando o tempo que passei a ser vice, depois passei a ser presidente, até esse ano, de 2024. Dois anos atrás fui eleita com dois votos de frente, e de lá para cá venho fazendo o que posso, lutando, participando de reuniões, de encontros, trazendo as experiências para a comunidade. Aqui na comunidade, mesmo antes de formar no papel, já era uma associação, a igreja sempre cheia, eu mesma já fui coordenadora três vezes, trabalhei também na sala de aula por 25 anos, então toda vida eu lutei com gente, com a comunidade, então é um papel que a gente já tem há muito tempo. (...) Aqui as vezes alguma mulher precisa ir para a cidade trabalhar, fica aqui um bocado de menino, as mães vão, a gente fala: vai tranquila, a gente olha. E cuida, até chegar no fim do dia, para que elas possam ter a vida delas (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A US Bem-estar social é evidenciada por anos de trabalho voluntário em prol da comunidade, um forte senso de coletividade, além do cuidado, especialmente com as crianças, jovens e idosos. Isso é quilombo: a corresponsabilidade pelo bem viver grupal. É importante considerar que, historicamente, o sucesso de políticas públicas direcionadas à saúde e à assistência social no Brasil é alicerçado na atuação das mulheres, que as executam no interior das famílias assistidas, traçando uma interface com o estado. As mulheres são, portanto, grandes mediadoras, representantes, verdadeiras aliadas destas políticas, sendo responsabilizadas pela execução das orientações dadas pelos programas e serviços, fortalecendo os vínculos familiares e cumprindo o dever parental de garantir a educação e a saúde das crianças, combatendo a reprodução da pobreza intergeracional, através da lógica conservadora da divisão sexual do trabalho e da disposição feminina para o cuidado, o que colabora para um processo de naturalização do voluntarismo (Santos, 2014).

> Mulher tem que ter voz. Eu digo assim: mulheres, vamos liderar, não tenham medo, vamos batalhar, conquistar juntas, porque a mulher tem que estar onde ela quiser. E através das lideranças femininas as mulheres hoje têm voz, e não aquilo que desde o início a sociedade diz que temos que ficar em casa, cuidando de filhos, não, ela tem que estar onde quiser e conquistar o que ela quiser. Se ela quiser conquistar o mundo, vamos conquistar o mundo. Ganhar o nosso espaço na sociedade e quebrar esse preconceito, e vamos ter voz, falando com o coração. Eu sei que todo mundo tem o que fazer, um tanto de coisas para dar conta, mas

juntas a gente chega mais longe (C.S.S., 34 anos, comerciante de hortaliças e lanches, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A eleição não teve para ninguém, teve dois homens que quiseram competir comigo e saíram só com os votos deles mesmos, então aqui dentro da comunidade o povo fechou comigo e tem uma diretoria só de mulheres, quem vier aqui pode ver. Que todas nós mulheres, tanto negras, quanto mulheres de pele branca, que não se consideram quilombolas, nunca podemos baixar a cabeça, a gente pode tudo em todos os lugares, somos mulheres guerreiras e batalhadoras, na luta, firmes e fortes, pelos nossos direitos dentro da sociedade. E o que eu falo a todas as mulheres é que não tenham vergonha de ser liderança, principalmente de dentro do seu lugar, porque uma associação dentro da comunidade hoje é tudo, para conseguir benefícios e políticas públicas, só quem é da comunidade sabe as necessidades que ela tem, que o seu povo tem (M.A.P.S., 44 anos, agricultora e empreendedora, liderança religiosa da igreja católica e esportiva – campeonatos de futebol e cavalgadas, presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina)

Os benefícios que está tendo na comunidade agora são cursos, que não tinha antes, espero que através de algumas buscas a gente conquiste mais, e a nossa vontade sempre foi de ter esses cursos e oficinas na nossa comunidade. Eu, como já fui presidente, e tô ainda até como líder, pois algumas coisas as pessoas ainda me procuram, e eu, incentivo muito, e o que estiver ao meu alcance eu busco, eu quero estar no meio, então o que eu gostaria de dizer para as outras mulheres é que busquem e estejam de mãos dadas, tem gente aqui que já passou por muita coisa, uma estar sempre buscando e pedindo ajuda para a outra, no que precisar, para dar conta de tanta coisa, ali no dia-a-dia, para poder estar no grupo, então é isso que eu aconselho, para estarem juntas, em busca do mesmo objetivo, uma vai chamando a outra. A gente tem que assumir mesmo, porque a mulher corre atrás, ela sabe o que precisa na comunidade (...) O pessoal aqui era mais sossegado, mas agora tá agindo mais, participando mais, interagindo, é importante. (M.F.S., Agente Comunitária de Saúde (ACS), Ex-presidenta de ACR, 60 anos, Chapada Diamantina).

Benefícios já aconteceram bastante, como projetos bons que chegaram, já tivemos o Bahia Produtiva, Já tivemos o projeto do trator, equipado com tudo, a DAP, Garantia Safra, já recebemos moto, entre outras coisas, é uma associação ativa, que está sempre trazendo coisas para a comunidade. O Projeto Quilombo Legal, que serve até para ajudar na aposentadoria. Vários projetos maravilhosos. (I.C.S., 62 anos, professora aposentada, agricultora e presidenta de ACR, Piemonte da Diamantina).

A US Luta atravessa praticamente todas as falas, desmistificando a noção de passividade destas mulheres, que salientam a particular e minuciosa percepção feminina sobre o grupo, sobre o todo. Sua movimentação não é isenta de conflitos e reações: desvela incômodos masculinos diante desse desabrochar para a vida sociopolítica e ocasiona oposições e disputas pela manutenção do poder comunitário. Mais uma amostra de um Brasil marcado por uma forte presença de mulheres de povos e comunidades tradicionais lutando pelos seus territórios, por sobrevivência, por moradia, condições dignas de habitação e de trabalho e pela efetivação de políticas diversas, atuando contra produtos da colonialidade como o racismo, o classismo, o machismo e o sexismo (Amoras, Costa e Araújo, 2021).

Como nem tudo são bônus, o grande ônus deste contexto é a sobrecarga feminina, que se desbobra entre o trabalho formal ou informal remunerado, o trabalho político/ institucional da gestão das associações e as tarefas domésticas associadas ao cuidado com dependentes, amplamente citados, dentro e fora de suas casas, haja vista o estabelecimento de redes de apoio entre elas. O sucesso dessas mulheres, de funções multifacetadas, portanto, é resultado de mobilizações e trabalhos (remunerados e não remunerados) em teia, verdadeiros atos de resistência. Em suma, trata-se de muito suor derramado, muito trabalho intelectual, emocional e político concebido, e tudo isso, por vezes, invisibilizado.

Analisando comunidades baianas em contextos urbanos (periferias) e rurais (quilombos), concentrando-se na resistência de variantes da matriarcado negro, percebe-se que essa matriarcalidade estaria pautada na ancestralidade, tendo o segredo e o sagrado como pilares oralmente transmitidos geracionalmente, sob a influência das religiões de matrizes africanas, marcadas pelo destaque e autoridade da mulher, a exemplo do Candomblé. Assim, a matriarcalidade negra é constituída de mulheres fortes, autônomas, determinadas, donas de casa, provedoras, que afirmam sua identidade através do corpo, falas e gestos e transitam empoderadamente pelo cotidiano. São mulheres que nunca se reconheceram frágeis, porque nunca foram tratadas como tais, e seguem nas ruas para garantir a segurança e libertação do seu círculo (Martins e Carvalhal, 2016).

Considerações finais

No caso das mulheres quilombolas, muitas interseccionalidades permeiam os seus enfrentamentos, que transitam por espaços privados, coletivos, públicos e sagrados e carregam como bandeira a luta pelo bem-estar social. As associações comunitárias rurais se apresentam como geradoras de capitais diversos – simbólico, cultural, econômico – sendo uma eficiente

ferramenta de integração e mudança social, promovendo processos de empoderamentos individuais e coletivos que atingem os níveis psicológico, organizacional e estrutural.

Não obstante, este protagonismo e autonomia sociopolíticos não isentam as lideranças comunitárias de sofrer opressões de forma velada e explícita, a exemplo das violências domésticas, além de robustecer a já desigual divisão social do trabalho, ocasionando sobrecargas de funções e tarefas: trabalhos braçais, intelectuais, emocionais e políticos acumulados em corpos confiantes, fortes, mas exaustos, que se unem em redes de apoio e teias de solidariedade, resistindo, indispensáveis, estratégicas, fluídas e poderosas, como a água.

Assim, assegurar a incorporação de cosmovisões das mulheres de comunidades tradicionais em produções científicas e na agenda governamental é imprescindível, pautando a importância de abordagens ética e culturalmente adequadas, atentas às diversidades e interseccionalidades. Espera-se, em suma, colaborar com debates que provoquem a construção de políticas democráticas de enfrentamento às desigualdades, esboçando um futuro inclusivo e mais equitativo para as nossas mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Referências

Akínrúlí, Olúségun Michael. Gèlèdé: o poder feminino na cultura africana Yorùbá. *Revista África e Africanidades.* Ano III, n 12, Fevereiro, 2011. ISSN 1983-2354.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso; ARAÚJO, Luana Mesquita. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil Colonial e Pós-colonial, no contexto da América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128

ARAÚJO, Gabriela Shizue Soares. Participação feminina na política no Brasil e os desafios rumo à democracia paritária participativa. *Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno*. v. 1, n. 7, p. 152-162, Jan/Abr, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM. Acesso em: 01/04/2023.

BRANDÃO, Tatiana F. B., BARBOSA, Luciano. C. B. G., BERGAMASCO, Sonia. M. P. P. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61. 2023. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.249024

BRASIL, MINISTÉRIO DAS MULHERES. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2024. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.* 44 f. 2024.

BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública.* 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: São Paulo. P. 136-145, 2023.

BUENO, Samira *et al.* Feminicídios em 2023. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2024. 12 f.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. IPEA. Rio de Janeiro, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas*, V.01, N. 1, 2002, p. 171-189.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos damdiscriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas,* V. 01, N. 1, 2002, p.171-189.

DATASENADO. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher – Comparativo por UF. Instituto de Pesquisa DataSenado/ Secretaria de Transparência/ Observatório da Mulher contra a Violência. Fevereiro/2014. 87 f.

FCP – Fundação Cultural Palmares. Relação CRQs certificadas na Bahia. Site institucional. S.d. Disponível em:https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/ crqs-ba-22082022.pdf. Acesso em: 20/05/2024.

FEITOSA, Giselly Raiane dos Santos. Importância do Terceiro Setor: um estudo de caso da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidade Federal de Campina Grande, PB. 2023. 30 f.

FRANCO, Gilciana Paulo. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. *Sacrilegens,* Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 30-46, jan-jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/download/34154/145008-2-11-20210908/146177. Acesso em: 20/03/2023.

GEMA – Consultoria em equidade/Instituto Matizes. Governança inclusiva no terceiro setor: gênero e raça nas OSCs. 2021. 63 f.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 2017. IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continuada.html. Acesso em: 16/05/2026.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Tá na cabeça, tá na web! Significados simbólicos e historicidade do uso do turbante no Brasil. *Rev. Dobra[s].* Volume 10, número 22, novembro. 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6277878.pdf. Acesso em: 10/03/2022.

KAUFMANN, Jean-Claude, 1948. *A entrevista compreensiva*: um guia para a pesquisa de campo. Trad. Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; Maceió, AL: EDUFAL, 2013.

KLEBA, Maria Elisabeth. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250054278_Empoderamento_processo_de_fortalecimento_dos_sujeitos_nos_espacos_de_participacao_social_e_democratizacao_politica. Acesso em: 20/02/2024.

MARTINS, Tamires Fraga; CARVALHAL, Tito Loiola. O Matriarcado e a Resistência das mulheres negras em (com)unidades baianas: dos quilombos à periferia. *Rev. Três Pontos.* v 13.1. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/view/141. Acesso em: 26/03/2023.

MONTEIRO, Solange; FEIJÓ, Janaína. *Mais da metade dos lares brasileiros é chefiada por mulheres, que ganham 30% a menos que os homens*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas – IBRE, 2025. Disponível em:https://portalibre.fgv.br/. Acesso em: 16/05/2026.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares. Identidade Quilombola e Educação Escolar Quilombola: contribuições a partir da experiência de um quilombo. *Revista RBBA.* ISSN 2316-1205 Vitória da Conquista, V. 7, nº 1, p. 39-60. Julho/2017. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4062. Acesso em: 20/05/2023.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro. p. 987-1004. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/8DwmqbJg8ZbFqPCDqbfsWqd/. Acesso em: 20/05/2024.

SALDANHA, Daiany Mayara de França. Terceiro setor e futuros possíveis para as mulheres. Rev. *ORGANICOM - USP*. Ano 20, nº 41, janeiro / abril. 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/207280. Acesso em: 17/05/2024.

SANTOS, Yumi Garcia. As mulheres como pilar na construção dos programas sociais. *Caderno CRH,* Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494, Set./Dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/BMgy4pc5w9W3yQLRMgnjQ3g/#. Acesso em: 04/04/2024.

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado da Bahia. Bahia tem maior número de mulheres à frente dos empreendimentos rurais no país. Site SDR. 2018. Disponível em: https://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2018-08-03/bahia-tem-maior-numero-de-mulheres-frente-dos-empreendimentos-rurais-no-pais.Acesso em: 20/02/2019.

SILVA, Rosália de Fátima. *Compreender a "entrevista compreensiva*". Universidade Federal Rio Grande do Norte. 2006. www.sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao.br. Acesso em: 20/11/2017.

SIMON, Vanêssa Pereira. Empoderamento e participação feminina na Economia Social e Solidária: em busca da equidade. *Conferência Internacional da UNTFSSE*. Genebra, Suíça. 2019. Disponível em: https://knowledgehub.unsse.org/knowledge-hub/empoderamento-e-participacao-feminina-na-economia-social-e-solidaria-em-busca-da-equidade/ . Acesso em: 20/06/2024.

TSE Mulheres. Disponível em: TSE Mulheres – Justiça Eleitoral (justicaeleitoral.jus.br). Acesso em: 03/04/2024.